



Ata Nº 16

Quadriénio 2017/2021

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no salão nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

Após cumprimentar todos os presentes, o Presidente da Mesa informou que o microfone vai ser levado a cada interveniente pela funcionária da Junta Natália Ferreira, que o segurará para que não haja contactos físicos entre os membros da assembleia. De seguida, o senhor Presidente da Mesa colocou a ata n.º 15, de trinta de dezembro de 2019, a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida, passou-se aos assuntos antes da ordem do dia.

O senhor Vítor Tomé, após cumprimentar todos os presentes, como membro da Assembleia, agradeceu ao Sr. Presidente Camara Municipal de Leiria (Dr. Gonçalo Lopes) pelo investimento feito nos Kits para proteção dos profissionais de saúde e dos bombeiros, assim como da população residente no concelho de Leiria, nomeadamente da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira.

Agradeceu também à Sra. Presidente da Junta e ao respetivo executivo pela iniciativa de fazer máscaras, inicialmente para proteger as pessoas de idade mais avançada, que frequentam os lares e centros de dia, iniciativa que também teve colaboração da Junta de freguesia da Bajouca e que, depois, se estendeu a toda a população da freguesia.

Esta iniciativa foi inédita, uma vez que A União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e da Bajouca foram as únicas freguesias do Concelho de Leiria a reforçar a proteção da população.

O senhor Vítor Tomé saudou efusivamente e agradeceu tudo aquilo que tem sido feito para contribuir para a proteção e entretenimento da população, neste tempo de confinamento, como as iniciativas que foram feitas online dedicadas a miúdos e grávidas, nomeadamente o Jiga Joga Júnior e Sénior; as transmissões em direto do Facebook da Junta de Freguesia subordinadas aos temas: *As autarquias em tempo de pandemia; E Agora? E Amanhã?; Economia local e regional; Felicidade no trabalho; um excelente Debate sobre 25 de Abril com varias gerações; Culinária; Leitura, Momentos musicais*, entre outros, que conferiram uma dinâmica distinta à freguesia e que alcançou milhares de pessoas.

O membro Vítor Tomé também referiu o papel fundamental da Junta de Freguesia ao nível do apoio social às famílias, nomeadamente com a Linha de Apoio ao Idoso, a Linha de Apoio Psicológico, o Correio Escolar e também a aquisição de equipamentos informáticos para as crianças sem acesso à rede.



Deixou igualmente uma palavra de apreço e de agradecimento a todos os voluntários que participaram nas iniciativas, realçando que a união faz a força e certo é que a União das Freguesias conseguiu manter o COVID-19 distante: pela responsabilidade das pessoas e pelo enorme esforço da Junta de Freguesia em chegar a população e não deixar ninguém para trás.

A senhora Dulcinda Silva, após cumprimentar todos os presentes, referiu alguns temas que têm vindo a ser reportados por outras pessoas, sobre os quais gostaria que o executivo se pronunciasse, nomeadamente no que concerne à Feira dos 29 do presente dia, que após ter estado suspensa por causa da Pandemia, voltou a funcionar, tendo sido a informação divulgada no Facebook da Junta de Freguesia, meio usado para divulgar alguma informação por parte do executivo. A senhora Dulcinda gostaria de saber qual é a opinião do executivo sobre a forma como as coisas correram e o que é que se pode fazer para melhorar.

A senhora Dulcinda também solicitou informação sobre algumas estradas, nomeadamente a que vai das Cavadas para Porto Longo, que teve uma derrocada, que já foi sinalizada, com umas vigas de ferro que estão no local há mais de seis meses, tendo o Presidente da Câmara visto o local. Dado que é um local perto de uma curva torna-se perigoso, se houver dois carros que pretendam passar ao mesmo tempo. A senhora Dulcinda também questionou a manutenção de algumas ruas, que têm muitas ervas, e que impedem a circulação de dois carros em simultâneo.

Outro dos temas que a senhora Dulcinda Silva gostaria de saber se o executivo pode informar a Assembleia sobre os parques fotovoltaicos que são para ser postos em Porto Longo e nas Lavegadas.

Por fim, tendo em conta a necessidade de uma rotunda na saída das Lavegadas defendida pelos membros da bancada do PSD e a recorrente ideia defendida várias vezes em Assembleia de Freguesia de que a empresa *Infraestruturas de Portugal* não é muito cooperante relativamente às autarquias, a senhora Dulcinda estranha a notícia publicada no presente dia de que a empresa irá investir mais de treze milhões de euros no percurso entre Pombal e a Figueira da Foz, melhorando o acesso através da construção de seis rotundas. A freguesia de Rigueira de Pontes também foi melhorada recentemente, devido ao acesso à cidade, mas Monte Redondo fica com a necessidade de uma ligação condigna. Gostaria de questionar o que existe de diferente e o que é se pode fazer mais para que a empresa *Infraestruturas de Portugal* se debruce sobre a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira.

A senhora Isabel Veríssimo cumprimentou todos os presentes e, em nome pessoal, bem como em nome de outras instituições, agradeceu ao executivo o apoio com o material, que ajudou muito as instituições e que foi fundamental, porque foi numa altura em que todos estavam confusos com a situação da Pandemia. O executivo procedeu à desinfeção dos exteriores e deu alguma tranquilidade às instituições. Estas sentiram o apoio da Junta e também da Câmara Municipal, pelo que agradecem.

O senhor Márcio Marques questionou o executivo acerca do processo da ciclovía entre Monte Redondo e a Aroeira; da zona industrial, se já existem novas informações; se já existe alguma decisão



da Câmara sobre o cruzamento da Estrada da Junqueira com a Rua D. Dinis na Sismaria, e também sobre a data prevista de conclusão da pavimentação das estradas. Acrescentou que existem imensos abatimentos na estrada que foi alcatroada na Rua José Duarte Rolo Júnior, na Sismaria, visto que os ramais de água foram executados poucos dias antes da colocação do asfalto e não foram devidamente compactados.

O senhor Renato Silva acrescentou que estava inteiramente de acordo com a intervenção do membro Vítor Tomé, na questão daquilo que foi a prestação da Câmara Municipal e, principalmente, do executivo da Junta de Freguesia. Tendo conhecimento das freguesias circundantes, principalmente da União das Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, com cujos habitantes teve a oportunidade de falar, e eles próprios seguiam os procedimentos e informações veiculadas pelo executivo da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira na página do Facebook. As pessoas passaram a estar mais atentas ao que se passa nesta União de Freguesias, que consideraram pioneira na preocupação em zelar pelo bem-estar das pessoas.

A senhora presidente do Executivo, Céline Gaspar, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. Assim, no atinente à Feira dos 29, o concelho de Leiria foi o primeiro a abrir as Feiras, de acordo com a resolução governativa. O balanço desta reabertura da Feira dos 29 pode ser considerado positivo, visto que os visitantes conseguiram fazer as suas compras. Relativamente aos feirantes, houve alguns *feed-backs* e irão ser feitas algumas alterações, mantendo sempre as normas de segurança que estão previstas na resolução. O executivo decidiu fazer uma única abertura da Feira, não só para ser mais fácil a contagem da lotação, porque não existem equipamentos para fazer essa monitorização com duas entradas, mas também pelo facto de o corredor ser muito estreito entre a Grazimac e o Cemitério. Abrindo outra entrada, quem entrar por aí nunca vai conseguir transpor a Feira para o lado da Estrada 109, sem sair do recinto e voltar a entrar. Tendo isto em consideração, esta primeira edição, com estas regras, o executivo optou por fazer assim. No entanto, após ouvir os feirantes, na próxima feira, o executivo irá proceder a pequenas alterações, nomeadamente uma abertura mais a poente da Feira para dar algum conforto aos feirantes, considerando que o número de visitantes da feira foi muito diminuto, porque as pessoas ainda estão com algum receio e também é dia de semana. No entanto, o balanço foi positivo, as pessoas cumpriram, faziam os sentidos indicados, apesar de haver sempre possibilidades de melhoria.

Relativamente à questão da estrada das Cavadas-Porto Longo, o problema foi comunicado à Câmara Municipal, imediatamente após o executivo ter tomado conhecimento, o que aconteceu pouco antes da questão da Pandemia, o que atrasou o processo. A informação que o executivo possui no momento é a de que está em processo de convite para empreitada, para ser feita a sua reparação. Se ainda não estiver, estará em breve para se convidarem cinco empresas para a empreitada.

No respeitante à questão das ervas e da limpeza, além de todo o constrangimento que existiu relativamente a este período de estado de emergência, a meteorologia não ajuda, visto que está sol e



chove e as ervas crescem muito mais. A Junta de Freguesia também conta com menos um elemento, tendo em conta a contratação de algumas prestações de serviços, para tentar chegar a todos os lugares. O executivo já procedeu à limpeza de dois lugares da freguesia, Lezíria e Montijos, e continua a fazer a limpeza nos outros lugares, seguindo-se Grou e Fonte Cova, à medida da disponibilidade existente, porque os recursos não são muitos, a freguesia é grande e também houve uma paragem devido a toda a situação da Pandemia.

No que diz respeito aos parques solares, o executivo teve conhecimento do assunto através da comunicação social e solicitou informação. O executivo deu um parecer para um parque solar para uma instalação de painéis fotovoltaicos, sendo uma informação prévia, em 2018, para os Matos, mas não é nenhum dos casos em causa. No presente dia, às 16h59m, a presidente do executivo recebeu uma informação da vereadora das Obras Particulares, com esta informação, sugerindo uma reunião. A Presidente do Executivo comprometeu-se a, após essa reunião, se se sentir devidamente esclarecida, transmitir aos elementos da assembleia mais informação acerca desse assunto.

No momento, a única informação que possui é a de que a empresa se chama *Hive Green Lda*, que é uma área de 45 hectares, nas Lavegadas, o investimento é de dois milhões de euros e a empresa teve parecer favorável à localização do Parque, segundo o disposto no decreto-lei 182. No entanto, com o mapa recebido, não é possível confirmar a localização, porque nem sequer as ruas estão identificadas. O outro mapa refere-se a um local em Porto Longo, mas também não tem indicação das ruas que confinam, tem apenas a informação de que serão 22 hectares e que o investimento será de um milhão, novecentos e sessenta mil euros.

No que se refere à empresa Infraestruturas de Portugal, o executivo reuniu com o Diretor da empresa, na presente semana, por videoconferência, tendo obtido algumas informações sobre os procedimentos na Estrada Nacional 109-9 e na Estrada Nacional 109. Relativamente à Estrada Nacional 109-9, existe a possibilidade de, ainda este ano, a confirmar nos próximos quinze dias, se inserir uma pavimentação total de todo o troço da 109-9, desde Monte Redondo até à praia do Pedrógão. Também já está em andamento o processo do projeto para alargamento da ponte na Aroeira, durante as próximas duas semanas, conforme indicação dada à Presidente do Executivo, sendo que os muros da ponte serão retirados e substituídos por uma proteção metálica.

Relativamente à Estrada Nacional 109, a senhora Presidente da Junta informou que o Diretor da empresa Infraestruturas de Portugal, tendo em consideração que está previsto o início do saneamento básico, estando a empresa em estaleiro a aguardar o visto do Tribunal de Contas, que atrasou, devido à questão do COVID, disse que a empresa está disponível para tratar em simultâneo dos coletores pluviais e de passeios, sobretudo na parte central, num acordo tripartido, porque a Junta de Freguesia também está disponível para colaborar.

Quanto às rotundas, a senhora Presidente colocou essa questão, principalmente por saber que existem operações urbanísticas que estão ligadas à Estrada Nacional, e para as quais o executivo e a



assembleia referenciaram o assunto do cruzamento das Lavegadas. O que lhe foi dito é que há um projeto da Estrada Nacional 109, que está em desenvolvimento, e para o qual a zona da União das Freguesias tinha também algum investimento, não só na questão dos passeios e dos coletores pluviais que vão acontecer mais rapidamente, devido à obra de saneamento. O saneamento será efetuado na valeta, não havendo intervenção na estrada e precisamente por se intervir na valeta é que faz sentido que haja esta intervenção simultânea. A rotunda das Lavegadas também está a ser verificada com o assunto das operações urbanísticas, que, potencialmente, estão previstas para esta zona. O executivo tem feito o trabalho possível.

No entanto, grande parte dos investimentos que se veem na Estrada 109 têm resultado de acordos de colaboração e de terceiros, nomeadamente a Câmara Municipal de Pombal tem feito esses investimentos e a de Leiria não tem feito esse tipo de acordo com a Infraestruturas de Portugal, o que acontece é, muitas vezes, assumir projetos que são executados pela empresa. Por isso, o que vê são as diferenças relativas às decisões políticas das próprias Câmaras Municipais.

A Infraestruturas de Portugal não tem feito investimento relevante nas estradas nacionais.

O executivo considera que a Assembleia de Freguesia deve, também, tentar ajudar o executivo, fazendo alguma pressão. O executivo já reuniu com a empresa, no dia 27 deste mês, tendo ficado com uma opinião positiva, mas tem de se «ver para crer».

Relativamente à ciclovia, o projeto prévio está praticamente finalizado, estando agora a ser revisto, após parecer do técnico da Câmara, para melhorar alguns aspetos relativamente ao traçado. A pista estava com um traçado de dois metros de largura e o executivo pediu para ser alterado para dois metros e meio, o que vai obrigar a uma maior cedência, mas o executivo está convicto de que a população colaborará nesse sentido. Foi também pedido que a ciclovia fosse sobrelevada, porque inicialmente era para ser com toros de madeira que se faria a separação entre a estrada e a ciclovia e uma vez que a ciclovia será partilhada entre peões e ciclistas, o executivo considerou a sobrelevação a melhor solução. No início da semana, conta-se já ter as alterações verificadas. Na reunião com o Diretor da *Infraestruturas de Portugal*, o executivo apresentou o que já estava feito e as alterações propostas e ele confirmou que estaria tudo de acordo com os parâmetros que a empresa costuma aprovar, pelo que o executivo considera que o aval será dado para o procedimento do concurso. Estima-se que a ciclovia entre Monte Redondo e a Aroeira poderá custar entre 250 a 300 mil euros.

No que diz respeito ao Parque Empresarial de Monte Redondo, os processos estão em andamento, nomeadamente o projeto de licenciamento que está adjudicado e está a ser desenhado. Já existem alguns pareceres emitidos, nomeadamente do SMAS e da EDP. Relativamente ao gás natural, estão a aguardar-se algumas decisões, estando a verificar-se quais as possibilidades de ligação posterior, mas para já o projeto está a tratar das infraestruturas para a estrada da Bajouca, sendo que ainda não há previsão de qual a solução para a ligação. O projeto de pluviais está a aguardar o parecer da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), o estudo de ruído já tem uma segunda versão e já foi feito



um primeiro estudo de impacto ambiental, que tem de aguardar pelo projeto de execução para se submeter à CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) para esta entidade dar o seu parecer.

Relativamente à questão dos terrenos, antes da questão da Pandemia, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria teve a oportunidade de voltar a negociar com um dos proprietários que tem o maior número de parcelas não negociadas, foi feita uma proposta pelo senhor Presidente da Câmara de uma permuta de 50% da área total das parcelas com uma parcela única. A família disse que, no prazo de quinze dias, daria uma resposta, depois pediram mais uma semana, no fim da qual disse que não aceitava a proposta. O processo de pedido de interesse público continuou, a Direção Geral das Autarquias tem solicitado muitas alterações e é necessário que seja declarado interesse público para se passar ao processo de expropriação no Tribunal Administrativo. Já foram feitas as últimas alterações pedidas pela DGAL. Aquilo que o executivo solicitou ao senhor Presidente da Câmara foi o agendamento de uma reunião com o senhor Secretário de Estado das Autarquias locais, para que este tome conhecimento da urgência e do significado deste assunto para a União das Freguesias. A reunião já foi solicitada na presente semana e aguarda-se a sua marcação o mais breve possível.

No que concerne ao cruzamento da Sismaria e a Estrada da Junqueira e do rio Lis, a senhora Presidente explicou que a decisão da Câmara é que seja um cruzamento desfasado e não uma rotunda, pelo que estão a terminar as peças, dada a grande urgência de intervenção na Rua da Junqueira e na Rua do rio Lis.

Em relação à Rua José Duarte Rolo, houve várias reuniões com o SMAS, tendo o senhor Carlos Santos reunido novamente, na última quarta-feira, com a empresa no local, para mostrar, mais uma vez, a situação. O executivo tem enviado imensos *emails*, no entanto, não há data de previsão da obra, também devido à questão da zona da Rua das Carvalheiras, havendo agora uma possibilidade de um proprietário ceder um espaço para fazer a estação elevatória. Tendo em consideração que as informações sobre a conclusão da obra depois não se verificaram, a senhora Presidente abstém-se de fazer qualquer previsão. O executivo fez a última reunião com o senhor Diretor e ele prometeu que durante este mês iria resolver os vários problemas que foram detetados e apresentados, não só os abatimentos, mas outros que estão identificados já há muito tempo, pelo que a senhora presidente espera ter algumas novidades sobre este assunto na próxima Assembleia de Freguesia.

O senhor Carlos Santos disse que, em relação à Estrada das Carvalheiras, existe a promessa de que alguém se disponibilizou para vender, mas ainda não há dados oficiais.

O senhor Márcio Marques questionou se, na Rua da Junqueira, está prevista uma inspeção à ponte que já existe e o seu alargamento, devido à curva que lá existe, que já provocou alguns acidentes.



A senhora Presidente da Junta disse que foi feita uma inspeção à ponte e às Salinas e o facto de a Rua da Junqueira e da Rua do Rio Lis ainda não estarem pavimentadas deve-se ao pedido da Junta para se verificarem essas possibilidades de alargamento.

De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu início à ordem de trabalhos:

No que concerne ao **Ponto 1 - Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e situação financeira - Apreciação nos termos da alínea e) do nº. 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro**, o senhor Márcio Marques referiu que era importante que os relatórios mencionassem efetivamente que tipos de alcatroamentos foram feitos, que não fiquem só por uma situação genérica. Relativamente à suspensão do serviço do Tribus, o senhor Márcio gostaria de saber qual foi a análise efetuada.

A senhora presidente explicou que, em relação à questão do Tribus, está escrito no relatório que não tinha utilizadores. Teve utilizadores nos primeiros meses, depois deixou de ter e continuou a haver um investimento da parte das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal. Considerando não estar a ter utilização, todos foram de acordo de que o serviço deveria ser suspenso e outras possibilidades deveriam ser estudadas.

No atinente ao **Ponto 2 - Informação sobre a atividade da Junta de Freguesia no âmbito da Pandemia COVID-19 - apreciação ao abrigo do ponto 2 do artigo 7º-B da Lei nº 12/2020, de 7 maio**, foi apreciado.

No que concerne ao **Ponto 3 - Documentos da Prestação de Contas da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira referente ao exercício de 2019 - Apreciação e votação nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro**, o ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Ana Carla Gomes, Isabel Veríssimo, Renato Silva e Vítor Tomé e três abstenções dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

Dando cumprimento ao **Ponto 4 - Inventário da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira 2019 - Apreciação nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro**, o ponto foi apreciado.

Relativamente ao **Ponto 5 - I Revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita 2020 e I Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2020-2024 - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a senhora Presidente esclareceu que a revisão tem dois pontos não só de inclusão, mas também de exclusão, nomeadamente pela decisão que o executivo tomou de não realizar a Fesmonte no presente ano, dada a situação de Pandemia em que vivemos, e pela decisão de revogação do contrato das Salinas da Junqueira, em favor da Câmara Municipal. A decisão foi tomada, sobretudo, pelo facto de, tecnicamente, o projeto ter alguns aspetos mais complicados, e o facto de a candidatura ter sido feita em 2017 e ter sido aprovada em 2018 levou a que os valores não fossem os mesmos para fazer a obra e o executivo considerou que seria imprudente assumir esse projeto. Para além disso, existem limitações aos apoios que a Câmara poderia dar, devido a um



parecer jurídico que apareceu posteriormente quanto aos apoios financeiros a contratos de comodato. Tendo tudo isso em consideração, a Junta não teria capacidade financeira para fazer a obra, estando disponível para assumir um contrato interadministrativo, pelo que considera que, no momento atual, a obra deverá ser liderada pela Câmara Municipal. O procedimento está para entrar em Plataforma e em breve será iniciada a limpeza do local.

A senhora Dulcinda Silva pediu para ser esclarecida quanto aos valores correspondentes a cada uma das situações referidas, nomeadamente quais os referentes à Fesmonte e quais aos da entrada, apesar de ser visível em termos de mapa, mas, como diz «Diversos», gostaria de ouvir a explicação do executivo. Gostaria de perceber também, quando há referência à cedência, se os terrenos passam para a posse da Câmara.

A senhora Presidente da Junta, Céline Gaspar, explicou que os valores das Salinas são duzentos mil euros. No que diz respeito à Fesmonte, explicou que o valor retirado foi à volta de 185 mil euros, tendo explicitado as rubricas constantes do documento. A despesa é equivalente. Quanto à cedência dos terrenos, estes passam a ser da Câmara Municipal de Leiria.

O ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Ana Carla Gomes, Isabel Veríssimo, Renato Silva e Vítor Tomé e três abstenções dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

No que diz respeito ao **Ponto 6 - Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação - Apreciação, discussão e votação nos termos alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a Presidente do Executivo explicou que tem que ver com a pintura geral dos muros e exterior da Escola Básica da Carreira, que já tinha sido definida como uma prioridade e tem que ver com o apoio da Câmara Municipal de Leiria. A obra ficará em 14,515 euros.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Dando cumprimento ao **Ponto 7 - Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação, na área da Ação Social, no Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico - Apreciação, discussão e votação nos termos alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a senhora presidente explicou que este contrato já existia como acordo de colaboração, foi aprovado em Assembleia de Freguesia o contrato interadministrativo em dezembro de 2019, tendo sido assinado pelo executivo em janeiro de 2020, sendo que os pressupostos deste contrato têm em consideração não só o apoio financeiro que a Câmara Municipal dá, mas também os recebimentos que os pais participam relativamente aos almoços, à AF e à CAF. Com a Pandemia, a Câmara assumiu que colaboraria e que pagaria os recursos humanos e para o contrato interadministrativo ter suporte financeiro para a totalidade da despesa de 15 dias de março, abril e maio, acrescentou-se esta verba, porque o total previsto no contrato não suportaria esta diferença que está aqui espelhada.

O ponto foi aprovado por unanimidade.



Dando cumprimento ao **Ponto 8 - Autorização para a celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Leiria e a Junta de Freguesia para entrega da Escola EB1 de Fonte Cova - Apreciação e votação nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a senhora Presidente explicou que, à semelhança do que aconteceu com outras escolas, esta também passaria para a Junta de Freguesia com o intuito de se estabelecer uma colaboração com o tecido associativo da freguesia, para evitar a venda, com a qual a Junta de Freguesia não estaria a favor.

A senhora Dulcinda Silva questionou que, se o contrato diz ser de cedência para o associativismo, se o executivo tem planeado algum tipo de critérios para a atribuição da cedência a uma associação local, se será de Fonte Cova ou se será mais abrangente em termos de freguesia, e se o executivo já encetou algumas conversações.

A senhora Presidente respondeu que, conforme já conversado em assembleias anteriores, existe uma associação em Fonte Cova, «Os Moleiros», que sempre tiveram a pretensão de utilizar a escola para seu benefício e, se estiverem disponíveis, será essa a prioridade. As associações locais que não tenham sede e que precisem de um espaço para desenvolver a sua atividade terão sempre prioridade. Não havendo nenhuma associação local com estas condições, serão abrangidas outras associações, que sejam da freguesia. O executivo estava a aguardar a formalização para explicar à associação «Os Moleiros» que agora já poderão estabelecer um acordo com a Junta de Freguesia para a utilização da escola.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao **Ponto 9 - Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício das funções a tempo inteiro da Presidente da Junta - Apreciação ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, o ponto foi apreciado.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)